
USO E OCUPAÇÃO DA TERRA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO SALOBRA, PORTO ESTRELA, MATO GROSSO

USE AND OCCUPATION OF THE EARTH IN THE HYDROGRAPHIC BASIN OF THE STREAM SALOBRA, PORTO ESTRELA, MATO GROSSO (BRAZIL)

Ione Cristina Souza¹
Juberto Babilônia de Sousa²
Célia Alves de Souza³
Patrícia Helena Mirandola Garcia⁴

RESUMO: Esta pesquisa foi desenvolvida na bacia hidrográfica do córrego Salobra, localizada no município de Porto Estrela, sudoeste do Estado de Mato Grosso. O estudo teve como objetivo realizar o levantamento do *uso e ocupação* da bacia hidrográfica do córrego Salobra, afluente da margem esquerda do rio Paraguai, no município de Porto Estrela, MT. Para desenvolvimento do estudo, alguns procedimentos foram necessários: revisão bibliográfica; pesquisa oral, por meio de diálogos informais que forneceram informações sobre o processo de ocupação da bacia; e trabalho de a partir de estudos *in loco*. Os resultados mostraram que o processo de *uso e ocupação* da terra começou entre o final do século XIX e o início do século XX, pelo extrativismo vegetal de madeira, extração de borracha e exploração da poaia. A bacia hidrográfica do córrego Salobra possui oito assentamentos e 21 comunidades rurais de diversas origens, tais como: quilombolas, morroquianos e pequenos produtores.

Palavras-chave: Bacia hidrográfica. Comunidades. Assentamento.

ABSTRACT: This research was developed in the basin of Salobra stream, in the municipality of Porto Estrela, southwestern state of Mato Grosso. The study aimed to survey the use and occupation of the watershed stream Salobra, a tributary of the left bank of the Paraguay River in the municipality of Porto Estrela, MT. To develop the study, some procedures were necessary: literature review; oral research, through informal dialogues that provided information on the process of occupation of the basin; and work from on-site studies. The results showed that the use of process and occupation of the land began in the late nineteenth and the early twentieth century, the wood extraction plant, rubber extraction and exploitation of ipecac. The catchment stream Brackish has eight settlements and 21 rural communities from diverse backgrounds, such as maroon, morroquianos and small producers.

Key words: Hydrographic basin. Communities. Settlement

1 Professora na Rede Publica Estadual, E-mail: ionexenefonte@bol.com.br

2 Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado Mato Grosso – IFMT; E-mail: jubertobabilonia@yahoo.com.br

3 Professora do Curso de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: celialvesgeo@globo.com

4 Professora no curso de Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul E-mail patriciaufmsgeografia@gmail.com

Artigo recebido para publicação em julho de 2016 e aceito para publicação em novembro de 2016.

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas ao longo do espaço e do tempo na bacia hidrográfica foram influenciadas pela dinâmica natural ou pelas atividades humanas desenvolvidas na região, porque a ocupação da terra pode alterar as condições naturais da bacia. Esse processo acontece, em um primeiro momento, por meio da retirada da vegetação, deixando o solo exposto e, em seguida, pela introdução de atividades agropecuárias (SILVA, 2009).

No que se refere ao desenvolvimento de estudos sobre o *uso e a ocupação* da terra em bacias hidrográficas, na região sudoeste do Mato Grosso, alguns trabalhos podem ser elencados, tais como: Souza (1998), no córrego Piraputanga; Ritela (2009), *uso e ocupação* da bacia hidrográfica do rio Aguapeí; Silva (2009), no córrego das Pitãs; Soares (2009), nas nascentes do córrego Caeté, no sudoeste do Estado; Santos (2012) *uso e ocupação* da terra no córrego Cachoeirinha; Souza et al. (2012), no rio Jauru, entre outras.

Na relação entre as populações tradicionais e a natureza está a noção de território. É esse espaço que fornece os meios de subsistência, de trabalho e de produção necessários para gerar o aspecto material das relações sociais. “Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o *locus* das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais” (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 85).

Um elemento importante para a caracterização de uma comunidade tradicional é o reconhecimento dos integrantes do grupo como membros de uma cultura singular, de um grupo social único, que possui uma identidade diferenciada dos demais membros da população nacional. Além disso, o reconhecimento dos “outros” (conforme a teoria de Charles Taylor) também influencia na sensação de pertencimento existente no grupo tradicional, incentivando a luta pela afirmação de sua identidade cultural específica (TAYLOR, 1998, p. 53).

Segundo Leff (2012), as práticas de produção fundadas na simbolização cultural do ambiente, em crenças religiosas e em significados sociais atribuídos à natureza geram diferentes formas de percepção e apropriação, regras sociais de acesso e uso, práticas de gestão de ecossistemas e padrões de produção e consumo de recursos.

Picinatto et al. (2009) ressaltam que a territorialidade manifesta-se sob forma de organização do espaço em territórios diversos (multiescalares), que se tornam ímpares para seus ocupantes. Essa exclusividade é evidenciada pelo consumo do território (seu uso). Nessa perspectiva, o autor realça a concepção multidimensional das relações sociais de poder, evidenciando o que a diversidade de atores e/ou grupos, os conflitos do uso e apropriação do território representa em uma área precisa.

Os projetos de assentamento têm por finalidade maior integrar os assentados, fazendo-os produzirem para a sua subsistência e comercialização. O simples acesso à terra é considerado uma melhoria da qualidade de vida. A própria constituição do assentamento apresenta-se como uma estratégia de inserção social por parte dessa população excluída (LEITE, 1998).

Oliveira (2007) enfatiza a importância de realizar uma ampla reforma agrária, com caráter popular, para garantir acesso à terra para todos os que nela trabalham; possibilitar a posse e o uso a todas as comunidades; e estabelecer um limite máximo para o tamanho da propriedade, como forma de assegurar sua utilização social e racional e organizar a produção agrícola, com foco na produção de alimentos saudáveis.

A agricultura familiar é imprescindível para o desenvolvimento econômico mais sustentável de uma região. Os produtores familiares podem atuar de forma significativa na economia do município, atendendo, principalmente, à demanda de produtos da

alimentação diária. Isso depende, contudo, do apoio e da implementação de políticas públicas do próprio município (GUIMARÃES; RIBEIRO; ECHEVERRÍA, 2011).

O estudo teve como objetivo realizar o levantamento do uso e ocupação da bacia hidrográfica do córrego Salobra, afluente da margem esquerda do rio Paraguai, no município de Porto Estrela, MT.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de Estudo

A bacia do córrego Salobra está localizada no município de Porto Estrela, região sudoeste do Estado de Mato Grosso, Brasil. Possui aproximadamente 779,18 km², encontra-se entre as coordenadas geográficas de 15° 20' 00" a 15° 50' 00" de latitude Sul e 57° 02' 00" a 57° 20' 00" de longitude Oeste (Figura 1).

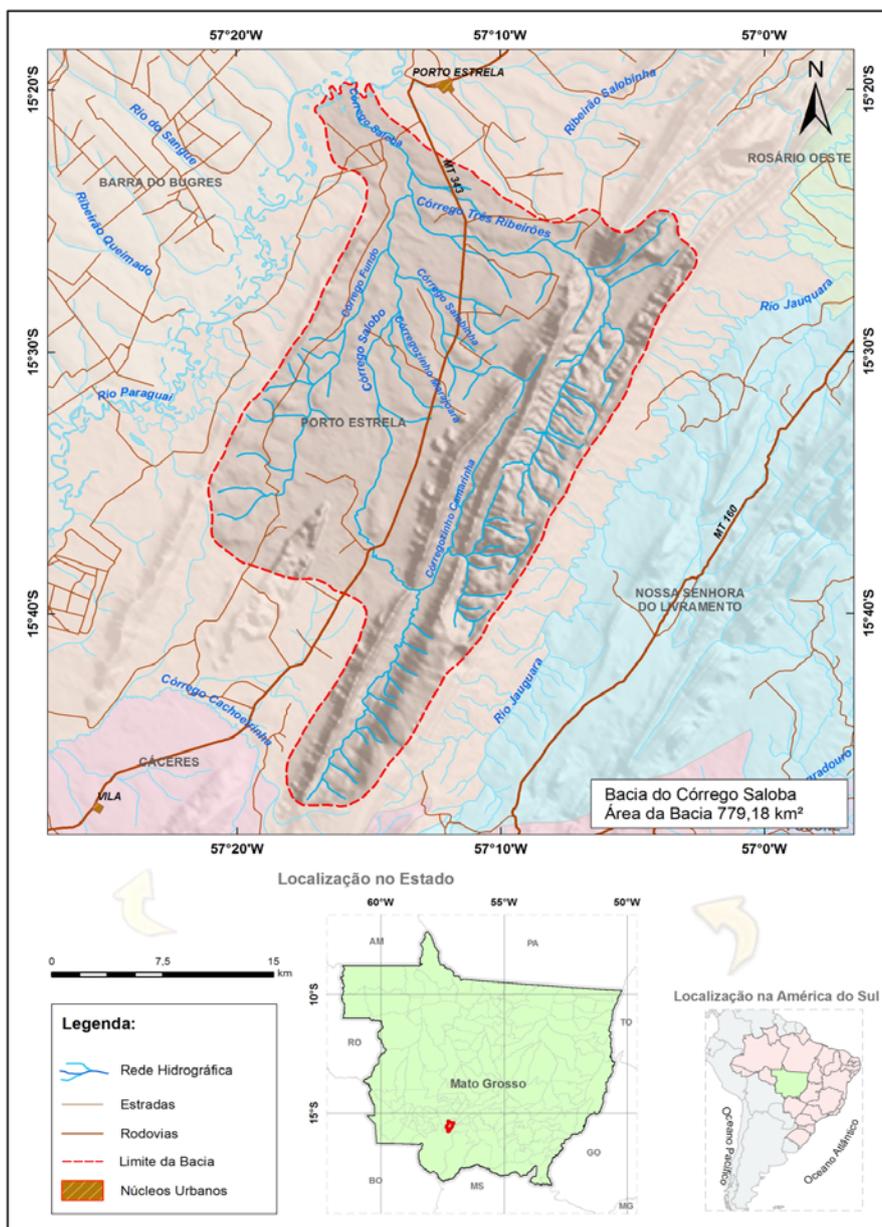


Figura 1. Mapa hidrográfico da bacia do córrego Salobra, no Estado de Mato Grosso.

Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento do estudo, alguns procedimentos foram necessários: levantamento e revisão bibliográfica a respeito da temática e do processo de ocupação da bacia; pesquisa oral e trabalho de campo.

A descrição dos padrões de uso ocorrente na bacia está baseada no mapeamento resultante da interpretação das imagens de satélite e dos levantamentos efetuados a partir das atividades de campo.

a) Levantamento e revisão bibliográfica

Para entender a evolução do processo de ocupação na bacia, foi realizada pesquisa bibliográfica, a partir de livros, artigos, teses, dissertações, monografias, relatórios e da internet.

b) Pesquisa oral

A pesquisa oral foi uma averiguação empírica, na qual há um elemento que disponibiliza meios para sua explicação. É uma fonte imprescindível para descrever fatos inéditos dando ênfase à pesquisa. Halbwachs (2004) ressalva a relevância da memória individual e coletiva no processo de construção da história, uma vez que as lembranças verbalizadas permitem a articulação do passado e do presente, traçando percursos que revelam os espaços sociais dinamizados e as experiências humanas, por meio da oralidade local.

As fontes orais foram fundamentais na construção e descrição deste trabalho, uma vez que os diálogos forneceram informações sobre o processo de ocupação da bacia. Para tanto, foram entrevistadas 12 pessoas (seis mulheres e seis homens) com idade que variam de 50 a 100 anos, priorizando os nascidos na região. As entrevistas ocorreram por meio de diálogos informais, objetivando, dessa forma, levantar o máximo de informação e comparar os relatos, oferecendo maior confiabilidade aos dados coletados.

c) Trabalho de campo

O trabalho de campo deu-se por meio de estudos *in loco*, almejando levantamento e o uso atual da bacia no ano de 2014, bem como a verificação do processo de *uso e ocupação* da terra.

Nesse sentido, as atividades de campo contribuíram para observar e levantar os dados sobre o processo de ocupação, bem como as atividades socioeconômicas desenvolvidas na bacia hidrográfica do córrego Salobra. Para completar essas informações, buscaram-se dados disponíveis no Sindicato Rural de Porto Estrela (SRPE), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO), Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN, 2008).

Para descrição das comunidades rurais, foram escolhidas, estrategicamente, três comunidades, as quais foram selecionadas por estarem inseridas no alto, médio e baixo curso da bacia, e nas margens da MT/343, quais sejam: a comunidade Salobra Grande no alto curso; Novo Oriente, localizada no médio curso; e a comunidade Sete Barreiro, situada no baixo curso da bacia hidrográfica do córrego Salobra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de ocupação da bacia hidrográfica iniciou no século XIX, pelo extrativismo e retirada de madeira. Gramulha (2009) cita as principais espécies atingidas

pelo processo, tais como: aroeira (*Schinus molle*); cedro (*Cedrela fissilis*); peroba (*Aspidosperma polyneuron*); mogno (*Swietenia macrophylla*); jequitibá (*Cariniana estrellensis*); jatobá (*Hymenaca stigonocarpa*); e ipê amarelo (*Tabebuia chrysotricha*). Também ocorreu a extração de borracha e ipecacuanha (*Cephaelis ipecacuanha*).

Os primeiros habitantes da bacia chegaram ao local em 1800 para realizarem ações extrativistas. O início do povoado de Porto Estrela aconteceu, de fato, no século XX, à margem esquerda do rio Paraguai. Os moradores foram atraídos pela disponibilidade de terras férteis e baratas. Em 1890, o vilarejo denominado “currutela” foi expandido através das margens do rio Paraguai pelos moradores, que se dedicavam à agricultura de subsistência e à criação de gado (GRAMULHA, 2003).

No final do séc. XIX e início do séc. XX, o principal meio de acesso à região era o rio Paraguai. As vias de acesso eram precárias e, para chegar a Barra do Bugres, os habitantes da região usavam uma estrada estreita, que ficava alagada e pela qual passavam apenas animais de carga e carros de bois (informação oral).

Os navios subiam e desciam o rio Paraguai, trazendo consigo os mais variados produtos. Era uma espécie de mercado que supria as necessidades básicas dos moradores locais. Entre secos e molhados, vendiam ou trocavam charque, pinga, fumo, sabão, produtos de higiene pessoal, roupas, sapatos, tecidos, alguns remédios entre outros (informação oral).

Além da poaia, os cereais também eram produtos de troca, tendo em vista a dificuldade de se ter moeda corrente nesse período. Outros produtos também funcionavam como moeda de troca, sendo os mais expressivos o arroz, o feijão e o milho, além de mandioca e banana, entre outros (informação oral).

Com a construção da MT/343, em 1972, estrada que liga Barra do Bugres a Cáceres, passando por Porto Estrela, teve início a urbanização concentrada ao lado da rodovia, a qual proporcionou o declínio da navegação.

O município de Porto Estrela foi criado pela Lei Estadual nº 5.901. Segundo o IBGE (2010), pelos dados coletados em 2010, a população estimada de Porto Estrela era de 3.649 habitantes, o que corresponde a 0,1% da população do Estado do Mato Grosso. Desse total, a população urbana corresponde a 40%.

Na atualidade, o uso da terra na bacia hidrográfica do córrego Salobra é diversificado. Fazendas de grandes, médios e pequenos portes, o núcleo urbano de Porto Estrela, as comunidades rurais e a reserva ecológica Serra das Araras constituem os diferentes usos.

O município de Porto Estrela possui 21 comunidades com origem diversas, tais como: quilombolas, morroquianos e pequenos produtores, aglomerações que surgiram no período de ocupação, a partir de antigas sedes de fazendas e assentamentos de reforma agrária.

As comunidades rurais são as seguintes: Vão Grande. Vãozinho; Voltinha; São Francisco; Campo Novo; Barrerinho; Papa João Paulo II; Boi Morto; Acorizal; Teimoso; Luzia do Retiro; Monjolinho; Sete Barreiro; Salobinha; Novo Oriente; Salobra Grande; Córrego Fundo; Buriti; Pindaival; Quissé e Pé de Galinha. É importante enfatizar que pelo menos três dessas comunidades rurais são descendentes e reconhecidas como quilombolas, como as comunidades Voltinha, Vãozinho e a Sete Barreiro.

Devido ao grande número de comunidades rurais, foram estrategicamente selecionadas três: uma inserida no alto, uma no médio e uma no baixo curso da bacia hidrográfica do córrego Salobra.

Em razão da importância econômica, regional e cultural para o município de Porto Estrela, comenta-se, em seguida, sobre o processo de ocupação, economia e infraestrutura das seguintes comunidades: Salobra Grande, Novo Oriente, Sete Barreiro.

Comunidade Salobra Grande

A Comunidade Salobra Grande localiza-se no alto curso da bacia, a 39 km da cidade de Porto Estrela, a qual teve suas origens ligadas aos povos morroquianos que habitaram a região da Província Serrana. Esses povos viveram por várias décadas nos vales e encostas da Província Serrana, no Estado Mato Grosso. Nos quintais, produziram alimentos e plantas medicinais, também criaram animais (porcos, galinhas, cabritos e vacas). Desenvolve-se a agricultura com período de cultivo e de pousio (o local é abandonado para a capoeira restabelecer).

O uso da roça de toco e o sistema de pousio, costumeiro nessa população e entendido pelos morroquianos como o melhor método para produzir o alimento e evitar o desgaste do solo, têm dado espaço à produção e técnicas consideradas modernas, com uso de maquinários e insumos industrializados, devido, principalmente, ao espaço restrito, aos mutirões cada vez mais raros (GODOY, 2004), ao enfraquecimento do solo e ao aparecimento de pragas.

Atualmente, a atividade desenvolvida na comunidade é a agricultura de subsistência. Os sítiantes são, na maioria, produtores de milho, mandioca, banana e hortaliças, além de criarem suínos, carneiros e galinhas. A comunidade Salobra Grande destaca-se pela produção de farinha de mandioca, pois possui uma fábrica que produz, em média, 800 kg por semana. A maior parte da produção abastece as cidades de Porto Estrela e Barra do Bugres.

A comunidade também se destaca na pecuária leiteira, a qual é desenvolvida nos sítios que compõem a região fornecendo ao mercado laticínio, com uma média de 4 a 5 mil litros de leite por mês. Nas proximidades da comunidade, a pecuária extensiva de corte é desenvolvida pelos grandes fazendeiros da região.

Comunidade Sete Barreiro

A Comunidade Sete Barreiro encontra-se 12 km distante de Porto Estrela, no baixo curso da bacia do córrego Salobra. A comunidade é de origem quilombola e ocupava, anteriormente, as terras denominadas patrimônio da Bocaina, inseridas no alto curso da bacia hidrográfica do córrego Salobra. Os moradores foram retirados há quarenta anos dessa área, pois as terras foram reivindicadas por fazendeiros que tomaram posse da região. Aproximadamente, dezessete famílias foram removidas para a pequena área que forma a comunidade. Hodiernamente, tramita na justiça a reintegração da área para os descendentes de quilombolas ao patrimônio da Bocaina (Figura 2).



Figura 2. Comunidade Sete Barreiro descendentes de quilombolas, localizada no baixo curso da bacia hidrográfica do córrego Salobra; e policultura de banana, mandioca, cana-de-açúcar, abacaxi entre outros.

Na comunidade Sete Barreiro, a atividade predominante é a agricultura de subsistência, entendida como a produção de alimentos pelas próprias famílias, visando ao sustento da comunidade na qual ela está inserida. Os instrumentos agrícolas mais usados são: enxada, foice e arado de traço animal. A produção nessas propriedades é, na maioria das vezes, de hortaliças, arroz, feijão, batata, mandioca, banana e milho. Parte do que é produzido, quando sobra, é vendido ou trocado por outros produtos que não são gerados na propriedade.

A comunidade conta com quatorze famílias, totalizando 42 pessoas. Os mais jovens saíram da comunidade para estudar em busca da realização profissional. Devido à área ser restrita, a comunidade trabalha com agricultura de subsistência (milho, mandioca, abobora e hortaliças). Os moradores da comunidade trabalham como diaristas ou empreiteiros nas fazendas do entorno.

Comunidade Novo Oriente

A comunidade Novo Oriente localiza-se a 33 km de Porto Estrela, no médio curso da bacia hidrográfica do córrego Salobra, e é constituída de 15 sítios (área aproximada de 30 ha) e três fazendas. Atualmente, a atividade econômica desenvolvida nos sítios baseia-se na agricultura familiar; nas fazendas, predomina a pecuária extensiva de corte.

CARMO (1999) refere-se à agricultura familiar como uma forma de organização produtiva, que não se subordina unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas leva em consideração também as necessidades e objetivos da família.

A agricultura familiar desenvolvida na bacia hidrográfica do córrego Salobra vem de encontro com a definição de Bittencourt e Bianchini (1996, p.17), os quais relatam que o “agricultor familiar é todo aquele agricultor que tem na agricultura sua principal fonte de renda (mais de 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família, a mão de obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.” Na maioria dos sítios inseridos na bacia, a mão de obra é majoritariamente familiar.

A comunidade Novo Oriente destaca-se pela produção de hortaliças, que abastece o mercado local e as escolas de Porto Estrela. Os alimentos são distribuídos quinzenalmente. Entre as espécies mais produzidas, podemos citar: alface, couve, rúcula, cheiro verde, cenoura, tomate, jiló, pepino, quiabo, abobora, berinjela, feijão de corda entre outros (Figura 3).



Figura 3. Horta no sítio Santa Cruz, comunidade Novo Oriente, em Porto Estrela, MT.

Estação Ecológica Serra das Araras

A Estação Ecológica Serra das Araras (ESEC) é uma unidade de conservação criada pelo Decreto nº 87.222, de 31 de maio de 1982, publicado no Diário Oficial de 01 de junho de 1982, ocupando uma área de 28.700 ha.

A unidade de conservação apresenta relevos e altitudes bem diferenciados das regiões adjacentes, pois é parte da unidade geomorfológica Província Serrana, um corredor de serras paralelas em formato de arco com concavidade voltada para SE, a qual possui duas direções predominantes: NE e SW no trecho em que separa as depressões do Alto Paraguai e Cuiabana (ESEC, 2013).

Dentro da reserva, estão inseridas as principais nascentes do córrego Salobra, principal curso de água que abastece a estação e diversas comunidades tradicionais a jusante. O alto curso da bacia destaca-se pelas belezas naturais: cachoeiras, vales, paredões rochosos, escarpas em rochas areníticas e calcárias e cavernas.

A bacia hidrográfica é composta por várias propriedades rurais, as quais se dividem em pequenas, médias e grandes propriedades. As grandes fazendas, acima de 500 ha, totalizam 42 e ocupam a maior parte das terras do município de Porto Estrela, abrangendo uma área territorial de 136.592,42 hectares. Em seguida, vêm os imóveis que variam de 201 a 500 ha, somando uma área de 18.026,77 ha. As propriedades, que variam de 101 a 200 ha, abrangem cerca de 6.016,12 ha. O número de pequenas propriedades (chácaras e sítios) somam 350 imóveis e ocupam aproximadamente 8.348,69 ha. Essas chácaras e sítios constituem as comunidades e os assentamentos rurais destinados à agricultura de subsistência (Tabela 01).

Tabela 01. Módulos rurais do município de Porto Estrela

Distribuição Imobiliária das Propriedades Rurais – PE – 2002			
Tamanho da área (ha)	Módulo	Número de imóveis	Área Total (ha)
Até 10	Chácaras	27	108,50
11 a 100	Sítios	323	8.240,19
101 a 200	Fazendas pequenas	64	6.016,12
201 a 500	Fazendas médias	46	18.026,77
Acima de 500	Fazendas grandes	42	136.592,42
Total		502	168.984,00

Fonte: Dados disponibilizados pela FAMATO e pelo Sindicato Rural de Porto Estrela, EMPAER, MT, 2014.

A expressividade de pequenas propriedades está ligada aos projetos de reforma agrária no município de Porto Estrela, na bacia hidrográfica do córrego Salobra. O município de Porto Estrela conta com oito assentamentos administrados por três órgãos: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Banco da Terra e Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Seis deles, Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Açarizal, Comunidade Luzia do Retiro (APROCAL) I, II, III, o Plano de Assentamento (PA) Vinte e dois, PA Salmazo e PA Santa Rita, encontram-se inseridos no médio e baixo curso da bacia hidrográfica do córrego Salobra (Tabela 02).

Tabela 02. Projetos de Assentamentos em Porto Estrela

Denominação do imóvel	Área (ha)	Nº de famílias beneficiadas	Administrado	Ato de Criação
PA Vãozinho/Voltinha	768	32	INCRA	1995
PA Vão Grande	616	28	INCRA	1995
APROCAL I	252,50	25	Banco da Terra	2003
APROCAL II	252,50	25	Banco da Terra	2003
APROCAL III	262,60	26	Banco da Terra	2003
PA Vinte Dois	236,94	22	PNCF	2007
PA Salmazo	217,80	18	PNCF	2007
PA Santa Rita	36,30	3	PNCF	2007

Fonte: EMPAER, MT/Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Estrela.

O assentamento PA Vãozinho/Voltinha foi criado em 1995, administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Atualmente, o local conta com área territorial de 768 ha e 32 famílias beneficiadas, sendo que cada unidade abrange cerca de 24 ha.

O assentamento Vão Grande foi criado em 1995, administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conta com área territorial de 616 ha e beneficia 28 famílias e cada unidade abrange 22 ha.

Com base nos dados levantados, foi possível constatar que os assentamentos PA Vãozinho/Voltinha e Vão Grande foram criados em 1995, administrados pelo INCRA. Juntos, abrangem uma área territorial de 1,384 ha e 60 famílias beneficiadas pelo programa (Tabela 02).

Os assentamentos APROCAL I, II e III foram criados em 2003, administrados pelo Banco da Terra; contam com uma área territorial de 767,60 ha e beneficiam 76 famílias, totalizando 76 lotes, com cerca de 10 ha por unidade (Tabela 02).

O assentamento do crédito fundiário PA Vinte e Dois conta com 22 lotes, sendo que cada unidade possui, em média, 10,77 ha, totalizando uma área territorial de 236,94 ha. Esse assentamento conta com 22 famílias assentadas e é administrado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

O assentamento PA Salmazo conta com um total de 18 lotes, abrangendo cerca de 12,1 ha por unidade, possui 18 famílias assentadas e é administrado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), totalizando uma área territorial de 217,80 ha (Tabela 02).

O assentamento Santa Rita possui uma área territorial de 36,30 ha, conta com três lotes e três famílias assentadas, abrangendo cerca de 12,1 ha por unidade. Esse assentamento é administrado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Os assentamentos PA Vinte e Dois, Salmazo e Santa Rita foram criados em 2007, administrados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Somados, contam com uma área territorial de 491,04 ha e 43 famílias beneficiadas (Tabela 02).

Os assentamentos são formados por pequenos produtores, que praticam a pecuária leiteira e a agricultura familiar destinada a suprir suas necessidades internas. Os principais cultivos desenvolvidos nos assentamentos são: arroz, feijão, milho, mandioca, melancia, laranja, banana e abacaxi. Os excedentes são comercializados nos centros urbanos mais próximos das comunidades.

Apesar dos projetos de reforma agrária terem sido implantados ao município de Porto Estrela, na bacia do córrego Salobra, as grandes fazendas são detentoras de maior área territorial, gerando conflitos sociais e ambientais. Dessa forma, é importante incentivar a agricultura familiar, que pode ser mais sustentável em consonância com os ecossistemas. Nesse sentido, os assentamentos rurais podem ser vistos como positivos no que tange ao desenvolvimento sustentável, desde que técnicas adequadas e ecologicamente corretas sejam utilizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação na bacia do córrego Salobra teve início no final do século XIX e preâmbulo do século XX, pelo extrativismo, retirada de madeira, extração de borracha e exploração da poaia (*Cephaelis ipecacuanha*); todavia, foi a partir da década de 1940 que as atividades econômicas intensificaram-se, sendo *a priori*, desenvolvida agricultura de subsistência.

A concentração fundiária, herdeira de terras devolutas, favoreceu o desenvolvimento da pecuária extensiva de corte nas grandes fazendas, atividade marcante desde os primórdios até a atualidade. Isso acabou gerando conflitos sociais e ambientais.

A concentração fundiária é uma realidade no município e na bacia de estudo; todavia, destacam-se as comunidades tradicionais (21 comunidades) e os assentamentos rurais, totalizando oito projetos: (APROCAL) I, II, III, o Plano de Assentamento Vãozinho/Voltinha, Vão Grande, Vinte e Dois, Salmazo e Santa Rita.

Os assentamentos são constituídos por pequenos produtores que praticam a pecuária leiteira e várias culturas de subsistência destinadas a suprir as necessidades básicas das comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil**, Consultoria UTF/036. FAO/INCRA, 1996.
- CARMO, R. B. A. A questão agrária e o perfil da agricultura brasileira. In: TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica**. 1999. Artigo em Hypertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm>. Acesso em: 18 jul. 2016.
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- ESTAÇÃO ECOLÓGICA SERRA DAS ARARAS - ESEC. **Relatório ambiental**, 2013.
- GODOY, D. P. S. **Descrição e análise da estrutura de quintais florestais na região da Morraria, Cáceres, MT**. 2004. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) – Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Cuiabá, 2004.
- GRAMULHA, E. S. **Porto Estrela: sua história, sua cultura e o turismo como perspectiva para o desenvolvimento local**. 2003. Monografia. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Ensino, Tangará da Serra, MT, 2003.
- GUIMARÃES G. M. A.; RIBEIRO F. L.; ECHEVERRÍA A. R. Importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável de municípios com predominância do agronegócio. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)**, dez., 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Centauro. São Paulo, 2004.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades:**

- Cáceres, MT. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 27 fev. 2011.
- LEFF, H. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, v. 3, n. 1, jan./mar. 2002.
- LEITE, S. Assentamentos rurais: um balanço da experiência brasileira. **Dataterra**, 1998. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/seminario/serlei.htm>>. Acesso em: 12 out. 2011.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- PICINATTO, C. A. et al. Território na abordagem geográfica de Bertha Becker. In: SAQUET, A. M.; RITELA, A. **Análise da disponibilidade hídrica e uso da terra na bacia hidrográfica do rio Aguapeí-MT e os impactos associados**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Cuiabá, MT, 2009.
- SANTOS, Marcos dos. **Uso e ocupação da terra e a dinâmica fluvial da bacia hidrográfica do córrego Cachoeirinha, município de Cáceres, Mato Grosso**. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Estado do Mato Grosso, UNEMAT, Cáceres, MT, 2012.
- SEPLAN. **Zoneamento socioeconômico-ecológico**: levantamento de reconhecimento de baixa intensidade dos solos do Estado de Mato Grosso. Nível compilatório. Cuiabá, MT, 2008.
- SILVA, L. N. P. da. **Bacia hidrográfica do córrego das Pitas, MT: dinâmica fluvial e o processo de ocupação, como proposta de gestão dos recursos hídricos**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Estado do Mato Grosso, UNEMAT, Cáceres, MT, 2009.
- SOARES, J. C. **Estudo de nascentes: subsidio á política de gestão da sub-bacia do córrego Caeté, no sudoeste do Estado de Mato Grosso**. 2009. 109 f. (Mestrado em Ciências Ambientais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Estado do Mato Grosso, UNEMAT, Cáceres, MT, 2009. Disponível em: <<http://www.unemat.br/prppg/ppgca/teses/2009/10.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- SOUZA, C. A.; SOUZA, J. B.; ANDRADE, L. N. P. S. **Bacia hidrográfica do rio Jauru, Mato Grosso: dinâmica espacial e impactos associados**. São Carlos, SP: Rima, 2012.
- SOUZA, C. A. **Bacia hidrográfica do córrego Piraputanga-MT: avaliação da dinâmica atual**. 1998. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://revistas.cua.ufmt.br/geoaraguaia/index.php/geo/article/viewFile/83/83>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- SOUZA, C. B. E. (Org.). **Leitura do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Editora expressão Popular, 2009.
- TAYLOR, C. **Multiculturalismo**. Tradução de Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. P. 86.